



O Militante



BOLETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

SOBRE O MOMENTO POLÍTICO ACTUAL

ÁLVARO CUNHAL FALA À RÁDIO PORTUGAL LIVRE

P. Camarada Álvaro Cunhal. Quando da formação do governo de Marcelo Caetano, o Comité Central do Partido Comunista Português desde logo esclareceu qual seria o objectivo da demagogia «liberalizante»: manter o salazarismo detrás de uma nova fachada. Em Janeiro, fazendo o balanço dos primeiros três meses do novo governo, a Comissão Política do Comité Central demonstrou exaustivamente que a previsão do Partido Comunista se confirmara: que sem Salazar o salazarismo continua. Passaram mais alguns meses, novos acontecimentos tiveram lugar. Daí a primeira pergunta desta entrevista: Quais as características fundamentais da situação política no actual momento?

R. Dois aspectos característicos fundamentais da situação política se devem considerar no momento actual.

O primeiro: Ao fim de sete meses de governo de Marcelo Caetano, a demagogia «liberalizante», como tentativa de manter o salazarismo a coberto de nova fachada, desmascarou-se perante as massas e o agravamento da crise do regime e das suas dificuldades e contradições internas aparece cada vez com maior evidência.

O segundo: Nos sete meses decorridos desde a formação do governo de Marcelo Caetano, regista-se, num desenvolvimento progressivo, o mais importante fluxo da luta popular desde 1961-62, cujo elemento mais significa-

tivo é a onda de greves e lutas da classe operária.

Esta situação constitui surpresa, tanto para aqueles que acreditaram em que o fascismo se destruiria a si próprio, como para aqueles que menosprezaram as dificuldades do regime e o potencial combativo da classe operária e do povo português. Não constitui surpresa para o Partido Comunista, que de há muito caracterizara e definira a crise do regime e a sua evolução, as manobras liberalizantes e os seus objectivos, as perspectivas de luta e as formas de luta mais adequadas.

Desde a primeira hora, da formação do governo de Marcelo Caetano, o Partido Comunista pôs a nú os objectivos da demagogia «liberalizante»: alargar as bases de apoio interno e os aliados externos do regime, criar a expectativa e a passividade, reprimir a luta popular, impedir a súbita agudização da luta de classes, atrair os elementos mais vacilantes da Oposição a uma atitude colaboracionista e isolar o Partido Comunista de forma a separar o conjunto da Oposição do seu único partido revolucionário, o partido da classe operária portuguesa.

Desde a primeira hora, o Partido Comunista, caracterizando justamente o novo governo, tal como o de Salazar, como o governo terrorista dos monopólios (associados ao imperialismo) e dos latifundiários, afirmou também que o agravamento da crise do regime criava uma situação nova, possibilidades novas para acção democrática, para o fortalecimento da sua organização, para a rápida ampliação das lutas populares, para alcançar a satisfação de numerosas reivindicações.

Desde a primeira hora, o Partido Comunista insistiu, tanto na necessidade de desmascarar a demagogia «liberalizante», como na ne-



cessidade de aproveitar o agravamento da crise do regime, de que essa própria demagogia é índice, para quebrar o imobilismo político, conquistar posições, obrigar o governo a cumprir promessas demagógicas, dar um novo curso à vida política, reforçar as ligações com as massas, organizar e intensificar a luta com objectivos concretos imediatos.

Aproveitando a nova situação para desencadear um amplo movimento que, nesta fase, culminou nas greves e paralizações de Janeiro-Fevereiro na região de Lisboa, de muitas dezenas de milhar de trabalhadores, a classe operária deu e está a dar uma lição de maturidade política que tem faltado a não poucos dirigentes oposicionistas. A jornada do 1.º de Maio acaba também de ser, estamos certos, mais uma prova do papel do proletariado na frente antifascista.

A par da classe operária, as lutas dos estudantes em defesa do movimento associativo e de outros direitos, as lutas por eleições sérias, pela amnistia, pela liberdade de imprensa, pelo livre debate de ideias, pelo direito de organização, reanimam a frente democrática e dão corpo a uma nova torrente de acção política.

Se é perigoso sobrestimar a importância dos êxitos alcançados nos últimos meses, mais perigoso seria ainda menosprezá-la. Os aumentos de salários e outros benefícios conseguidos através das magníficas greves e paralizações dos trabalhadores, posições conquistadas em organizações de massas (designadamente em sindicatos e em associações de estudantes), a libertação de alguns presos, a reanimação da iniciativa política da Oposição, a multiplicação de assembleias, colóquios e debates, são vitórias de grande significado e influência no momento actual. Tal como as derrotas desanimam e desmoralizam, vitórias sucessivas, mesmo que limitadas, estimulam a vontade combativa, avivam novas energias, contagiam, animam a prosseguir, a ampliar e a diversificar a luta e a passar a uma fase superior.

Os primeiros sete meses do governo de Marcelo Caetano saldaram-se por sérios revêses da sua manobra «liberalizante» e por importantes êxitos da classe operária e do movimento democrático.

A luta popular está voltando contra os fascistas a manobra através da qual estes procuram consolidar-se no poder.

P. Ninguém contesta certamente, porque está à vista, o novo fluxo da luta popular. Corresponde porém às possibilidades reais? Se não corresponde quais as razões? E mais importante ainda: Será bastante, ao nível actual, para voltar definitivamente con-

tra o fascismo a sua própria manobra demagógica?

R. Apesar de que se está verificando o mais importante fluxo da luta popular desde 1961-62, tem de considerar-se muito aquém das possibilidades reais abertas pelo agravamento da crise do regime.

A força e eficiência repressiva, que conserva o Estado fascista, é sem dúvida um sério obstáculo ao desenvolvimento da luta popular, mas não pode de forma alguma impedir-la, como mostra a história de 43 anos de fascismo e, se não quisermos ir muito atrás, como mostra as últimas lutas da classe operária e dos estudantes.

As razões porque a luta está aquém das possibilidades reais abertas pelo agravamento da crise do regime são fundamentalmente de natureza subjectiva. As lutas populares teriam já adquirido uma muito maior amplitude e um nível muito superior, se não se verificassem tendências nocivas e debilidades orgânicas na própria Oposição.

Falando de tendências nocivas que contrariam o desenvolvimento da luta popular, referimos particularmente, por um lado, concepções oportunistas, que se traduzem na ilusão de que Marcelo Caetano promoveria um real processo de democratização e de liquidação da ditadura; e, por outro lado, concepções esquerdistas e sectárias, que se traduzem no desprezo pelas formas legais e semi-legais de organização e pelas lutas com objectivos imediatos limitados.

Não pode deixar referir-se a influência negativa das concepções e actividades da Acção Socialista Portuguesa, há vários anos voltada para manobras de bastidores com aqueles que considerava «dissidentes do regime» e entre os quais se contava (hoje parece ironia, mas é verdade) o próprio Marcelo Caetano.

A intensa propaganda feita no movimento democrático para que se «desse tempo» a Marcelo Caetano de pôr em prática a suas belas intenções, para o apoiar contra os «ultras», para não assustar nem aquele nem estes com movimentos populares, para aguardar passivamente os acontecimentos, até para confiar em que eles, socialistas tolerados e respeitados pelo novo chefe do governo, negociassem os termos da «democratização», — contribuiu para criar um ambiente de expectativa e atrasar as lutas de massas.

No mesmo sentido influenciaram os amadores de frases pseudo-revolucionárias, afirmando que nada mudou na situação e que nenhuma possibilidade novas se abriram para a luta; menosprezando o aproveitamento das organizações legais e a conquista de posições nestas como meio de ligação com as massas; acusando de «legalismo» a acção legal e de «economismo» as lutas por reivindicações económicas; gritando a fórmula tão retumbante como idiota

de que « eleições são traições » e proclamando exaltadamente a necessidade de fazer a revolução, sem que aliás os arautos mostrem em qualquer caso disposição ou capacidade para fazê-la.

Falando de debilidades orgânicas, referimos particularmente debilidades de organização política, debilidades de posições nas organizações de massas, carência das mais variadas organizações e círculos de carácter progressista, insuficiências de organismos ilegais, semi-legais e legais para dirigirem as lutas de massas.

É certo que se regista um acréscimo da iniciativa nas tentativas de formação de estruturas políticas, na acção nos Sindicatos Nacionais e nas associações de estudantes, na criação e desenvolvimento de organismos de direcção de lutas com objectivos concretos imediatos, designadamente comissões de trabalhadores. Mas é um facto que em muitos casos tem faltado audácia, confiança, aplicação, dinamismo e persistência. É outro facto que, também no domínio da organização, tanto as tendências oportunistas de direita, como as sectárias, têm constituído um freio importante.

A luta popular pederia ter-se desenvolvido incomparavelmente mais, se não fossem estes factores negativos.

Temos insistido e continuamos a insistir em que, tanto o oportunismo de direita como o esquerdismo e o sectarismo, a predominarem no movimento antifascista, conduziriam a um mesmo resultado: à debilidade da organização, à separação das massas, ao refreamento da luta popular, à perda de posições e de possibilidades reais de acção.

Essas tendências, embora não sejam predominantes, exercem uma constante influência negativa, desorganizadora, desmoralizadora e desmobilizadora. É necessário prosseguir o combate contra elas de forma a que deixem de pesar seriamente na política da Oposição.

O movimento democrático vive um momento crucial. Tem ante si novas e reais possibilidades de desenvolvimento, mas corre o risco de poder perdê-las.

Persiste a expectativa e a passividade em largos sectores? Persistem as debilidades orgânicas? Há um recuo geral nas acções de massas? Nesse caso, o fascismo pode recompôr-se da crise que atravessa. Pode até acontecer que os fascistas, ao aperceberem-se da perda de ritmo da luta e das hesitações e debilidades do movimento democrático, possam recusar a satisfação de reivindicações e reclamações, às quais anteriormente, pela luta travada e pelo recuo do seu agravamento, se mostram já dispostos a ceder.

Caminha o movimento democrático audaciosamente em frente? Organiza-se? Amplia a luta económica e política contra a ditadura?

Nesse caso, podemos afirmar: os fascistas pagarão caro terem querido jogar demagógicamente com os sentimentos e as aspirações do povo português. Serão obrigados a fazer muitas reais concessões, verão minados os alicerces do seu regime e entraremos, com as perspectivas mais favoráveis, num período de grandes batalhas políticas contra a ditadura fascista.

P. Afirmando a existência de tendências negativas, que prejudicam o desenvolvimento da luta popular, o Partido Comunista diz ser necessário combatê-las e superá-las. Afirma também que a unidade é necessária para o desenvolvimento da luta. Não exigirão os interesses da unidade o silêncio sobre as tendências negativas de outros sectores? Combater as posições de outros sectores não será dificultar a unidade? Ou sente-se o Partido capaz de, com os seus argumentos, esclarecer e convencer aqueles que considera oportunistas de direita e de esquerda e de os levar a rectificar as suas posições?

R. A unidade antifascista não é uma abstracção. Quando se estabelece a unidade, têm de definir-se os seus objectivos políticos e o seu plano e métodos de trabalho. Para nós, unidade não pode significar, nem conformação com a passividade, nem apoio à aventura. Só um louco poderia sonhar que o Partido Comunista buscaria ou aceitaria a unidade para apoiar a demagogia « liberalizante » de Marcelo Caetano, ou para entrar num orfeão de frases ultra-revolucionárias.

A unidade, para nós, comunistas, estabelece-se na acção e para a acção. Acção contra a política fascista. Acção em defesa dos interesses vitais do povo e da nação portuguesa, Acção com objectivos concretos bem definidos. Para estabelecer essa unidade, não regateamos esforços e inspiramo-nos por reais sentimentos de fraternidade antifascista.

Combatendo as concepções e tendências ditritistas e esquerdistas, o Partido Comunista serve a causa da unidade. Essas concepções e tendências, são, pela sua essência política, antiunitárias e estão em alguns casos estreitamente ligadas a actividades divisionistas. Combater as concepções oportunistas de direita e de esquerda é lutar pela unidade do movimento democrático.



Seria ignorar as profundas raízes de classe que estão na origem das diferenças de concepções, supor que um trabalho de esclarecimento e convencimento bastaria para estabelecer a unidade de pontos de vista entre o Partido do proletariado e agrupamentos da pequena burguesia e de sectores da média burguesia.

Depois, se é importante esclarecer e convencer aqueles que com as suas concepções exercem influências negativas, muito mais importante é esclarecer e convencer aqueles que as sofrem. Pelo confronto de opiniões e experiências, pelo debate, pela análise conjunta dos problemas de interesse comum, procuramos naturalmente esclarecer e convencer os sectores da Oposição que perfilham concepções diferentes ou contrárias das nossas. Mas a nossa tarefa maior é esclarecer e convencer as massas populares, subtraí-las às influências negativas, indicar-lhes um caminho justo, conduzi-las à luta.

Procuramos naturalmente convencer sectores que são adversários da unidade de que a unidade é necessária e defendemos a unidade antifascista sem discriminações. Mas a nossa primeira tarefa no que respeita à unidade é unir na acção efectiva os dirigentes e activistas que já são pela unidade e sobretudo unir na luta as próprias massas.

No momento presente, esta tarefa está simplificada porque nos últimos meses, além de ideias e argumentos, um outro factor interveio com toda a sua força de demonstração: os factos, os acontecimentos.

Poucas vezes, na já longa história da ditadura fascista, um tão curto período de tempo deu tão clara razão ao Partido Comunista e desmentiu tão claramente concepções oportunistas e esquerdistas.

Em vez de «raio de luz», que alguns viram nele, Marcelo Caetano prosseguiu os aspectos fundamentais da política salazarista: política dos monopólios, exploração dos trabalhadores, negação das liberdades, repressão policial, guerra colonial, entrega ao imperialismo.

Em vez de provocar o golpe dos ultras, as lutas de massas, com referência especial às greves operárias, mostram ser o único instrumento capaz de obrigar o fascismo a fazer concessões.

Em vez duma situação inalterada, o agravamento da crise do regime criou condições favoráveis para a luta vitoriosa por objectivos concretos imediatos.

Não são só argumentos teóricos: a própria vida está demonstrando a justeza da análise da situação política actual feita pelo Partido Comunista Português e das perspectivas de acção que indicou.

Haverá opositoristas, hoje menos do que eram seis meses atrás, amanhã menos do que são hoje, que não saberão tirar as lições dos

factos. As massas, essas, estão mostrando na luta que sabem tirá-las.

Os sentimentos unitários são tão fortes no povo português que os sectores que insistam em querer dividir a Oposição e tentar isolar o Partido Comunista correm o risco de se dividir e isolar a si próprios. O povo português une-se na luta contra o fascismo e exige justamente que façam o mesmo todos os sectores da Oposição. A pressão das massas no sentido da unidade tem feito arrearpiar caminho a alguns que, pelo divisionismo, seguiam direito à capitulação política e à colaboração com o regime. O 31 de Janeiro foi disso claro testemunho, como o são a tomada pública de posição de alguns socialistas e liberais contra o capitulacionismo e o alargamento de iniciativas antifascistas unitárias sem discriminações.

A unidade dos agrupamentos políticos é importante estímulo à unidade das massas, mas a unidade das massas não depende da unidade de todos os agrupamentos políticos. Bastará que aqueles que defendem a unidade se unam de facto na acção para ganharem as massas.

Pela nossa parte, continuamos lutando para unir na luta contra o fascismo e pela liberdade de todos os agrupamentos políticos antifascistas: católicos progressistas, socialistas, republicanos, liberais. No último ano deram-se neste sentido passos positivos e há condições para ir mais adiante. A unidade antifascista é um trunfo de extraordinário valor para incentivar, organizar e dirigir o movimento democrático e impulsionar a força que decidirá da sorte do fascismo: a luta das massas populares.

P. O Partido Comunista tem afirmado que o anticomunismo é um elemento central da manobra «liberalizante» do fascismo e tem também afirmado que o anticomunismo é um factor de divisão e enfraquecimento da Oposição. Poderá dizer-se que, na actualidade, a discriminação anticomunista, que prosseguem alguns opositoristas, está relacionada com a nova campanha anticomunista lançada pela ditadura?

R. Não se pode desligar do anticomunismo do governo fascista, que é uma peça da sua manobra «liberalizante», a discriminação anticomunista de alguns sectores da Oposição, que é uma peça da sua pretensão de ganhar uma legalidade preferencial e através dela a hegemonia no movimento democrático.

Para os fascistas, o anticomunismo visa reprimir o Partido da classe operária o único



partido revolucionário, o único que criou uma estrutura clandestina que em dezenas de anos todo o aparelho do Estado não conseguiu destruir, o mais consequente lutador pelos interesses das massas trabalhadoras, pela liberdade, pela democracia, pela independência nacional, o mais forte partido da Oposição e o único que está em condições de ser o cerne da unidade antifascista. Não é porém esse o único objectivo do anticomunismo. O anticomunismo é pretexto para perseguir os sectores democráticos mais combativos (sejam socialistas, católicos ou liberais) e é o fundo político das tentativas do regime para encontrar uma linha de fractura na Oposição, que lhe permita atrair os elementos mais vacilantes ao colaboracionismo e lhe dê pulso livre para reprimir os restantes.

Os fascistas prometem possibilidades legais de intervenção na vida política àqueles que tomem uma posição anticomunista, promovem a divisão dos demotratados, aceitem o colote de forças da legalidade fascista e se disponham a ser colaboradores ou pelo menos a representar o papel duma Oposição inofensiva.

Isto não são apenas conclusões que se deduzam dos discursos de Marcelo Caetano, embora destes tenham sido desde logo legitimamente deduzidas. Os fascistas estão procurando realizar a política que traçaram e temos o dever de informar o povo português de que os homens do partido fascista, da «União Nacional», têm procurado e tido contactos com oposicionistas de diversas tendências para porer o preto no branco, indo ao ponto de oferecer, em termos de contracto, lugares na Assembleia Nacional.

Para honra do movimento democrático, parece não terem até hoje conseguido promessas de colaboração política aberta. Insistem porém em ofertas de facilidades, talvez menores mas preferenciais, àqueles que desçam a pagar os 30 dinheiros da divisão e do anticomunismo. Com verdade se pode dizer que ainda não encontraram também quem pagasse os 30 dinheiros exigidos, mas que é já evidente que alguns se dispõem a pagar 5 ou 10.

A discriminação anticomunista por parte de alguns é pública e conhecida. A sua campanha anticomunista é mais a insidiosa, pois não são tanto razões políticas que aduzem, como boatos que confundem... «boatos» parece tema insignificante. Merece porém, nos dias de hoje, mais umas palavras, porque, à falta de argumentos teóricos e de factos comprovativos das próprias concepções e posições, o boato tornou-se para alguns uma justificação e uma arma de propaganda.

Os factos desmentem dia a dia as suas ilusões acerca das intenções de Marcelo Caetano e do processo de «liberalização»? À falta de factos, lançam boatos, alimentando assim as

próprias concepções com as fantasias que eles próprios inventam, ou que são sopradas pelos serviços de propaganda dos demagogos «liberalizantes».

Os factos comprovam que o Partido Comunista fez uma apreciação justa da situação e apresentou uma correcta perspectiva de luta, comprovam que o Partido Comunista continua a ser a primeira força política antifascista e unitária e que a grande maioria dos democratas não só não aceitam a discriminação anticomunista como a censuram? À falta de factos, lançam boatos: falam de imaginárias dissidências entre os dirigentes do Partido; atribuem ao Partido posições que este nunca tomou; eles, que têm contactos com a União Nacional, inventam que é o Partido Comunista que os têm; e, assim e por outras formas, dão curso à vaza da propaganda anticomunista, cuja fonte se vai por vezes descobrir na Rua António Maria Cardoso.

Nesta campanha anticomunista, os oportunistas de direita são secundados pelos cultivadores da frase revolucionária, que, procurando pôr em causa o papel da classe operária e do seu Partido, dão à calúnia as honras de teoria.

Que dizer de tais métodos e processos?

Lastimáveis políticos são aqueles que procuram na invenção de boatos, a justificação das próprias concepções e a resposta aos desmentidos sucessivos que a vida lhes vai dando.

Lastimáveis políticos, aqueles que cuidam aumentar o seu prestígio e ganhar o direito a uma reconhecida liderança, usando e abusando do boato, da intriga, da invenção e da calúnia, como arma de descrédito, contra o Partido da classe operária.

O anticomunismo encontra cada vez menos eco no movimento democrático e não encontra eco algum nas massas populares. Mas faz os seus estragos. São responsáveis dum verdadeiro crime contra os interesses da luta antifascista e da revolução democrática, aqueles que, face à «união sagrada» dos clãs fascistas em torno do governo de Marcelo Caetano, procuram dividir a Oposição e romper a frente de combate antifascista a pretexto de que têm o direito de afirmar e demonstrar que não são comunistas, como se alguém, incluindo os próprios fascistas, pudesse crer que o fossem.

No momento político actual, a opção não é pelo comunismo ou contra o comunismo, mas pela ditadura fascista ou contra ela. A real alternativa do momento presente é fascismo ou democracia e é esta alternativa que deve demarcar os dois campos e determinar as alianças num e noutro. Na situação actual, a grande linha de divisão política dos portugueses não é aquela que separa os comunistas dos não-comunistas, mas aquela que separa os fascistas daqueles que o não são.

Por isso, nenhum pretexto pode justificar a



divisão de antifascistas nas acções com objectivos concretos acerca dos quais há acordo geral e incontestado. Por isso o Partido Comunista continua pronto a unir-se a todos os que se disponham a lutar para libertar a nossa Pátria da ditadura fascista e para instaurar um regime democrático. A todos, mesmo a aqueles que hoje nos atiram pedras. Podemos apenas uma condição: que se disponham finalmente a lutar ao lado das restantes forças democráticas contra o inimigo, que é o nosso, e que, ao fim e ao cabo, é também o deles.

P. Camarada Alvaro Cunhal. Ainda sobre a situação política portuguesa, gostaria de fazer duas últimas perguntas: Pode prever-se em que sentido irá evoluir a política fascista? Que perspectivas próximas se abrem ao movimento democrático?

R. Os fascistas encontram-se ante um dilema, que resulta por um lado das suas dificuldades e contradições internas e por outro lado da amplitude da opinião democrática e do fluxo da luta popular nos últimos meses.

O Partido comunista indicou já os dois termos da alternativa.

Se os fascistas desistem de tomar um fachada «liberalizante» e «renovadora» e regressam declaradamente (com ou sem Marcelo Caetano) ao imobilismo salazarista, isso significa que agravarão as suas contradições internas, renunciarão a alargar as suas bases de apoio, favorecerão a unidade antifascista e a rápida radicalização política de amplas massas, poderão provocar violentas explosões de descontentamento popular.

Se insistem na demagogia «liberalizante» e, entretanto, os democratas reforçam a sua unidade, organização e acção e a luta de massas se intensifica, então serão obrigados a fazer concessões efectivas às reclamações populares.

Existem no campo fascista, diversas clãs e opiniões diversas acerca da forma de fazer sair a burguesia monopolista do beco em que se encontra. Contradições internas, que afloram a cada passo na vida política, é natural que se agravem, enfraquecendo mais o regime e podendo abrir caminho a algumas surpresas. Mas, no momento actual, o que caracteriza fundamentalmente as relações entre os vários clãs e tendências fascistas, não é a luta pelo poder, mas a «união sagrada» em torno do governo de Marcelo Caetano e da sua demagogia «liberalizante» para assegurar a sobrevivência da ditadura.

Nos aspectos políticos e formais da sua política, Marcelo Caetano procura apresentar dinamismo, renovação e iniciativa. Por detrás, esconde-se um recuo político e uma posição defensiva do fascismo. Repare-se que a maior parte das afirmações «renovadoras» de Marcelo Caetano procura responder, embora naturalmente de forma mentirosa e enganadora, a acusações e reclamações das massas populares e do movimento democrático. A demagogia consiste precisamente nisso. Trata-se porém de um recuo tático num momento difícil do regime, recuo através do qual os fascistas procuram ganhar tempo, renovar quadros, consolidar posições ameaçadas, erguer novas linhas de defesa, desarticular e amortecer a Oposição. É de capital importância para o movimento democrático não se deixar iludir pelas aparências e compreender que o regime fascista se encontra na defensiva.

Se assim se compreende a situação, daí decorre que a justa atitude não é esperar o que vão dar as iniciativas de Marcelo Caetano (como aconselham alguns), mas empreender audaciosamente a ofensiva. A tarefa é tomar posições que o fascismo, no seu recuo tático, está prestes a abandonar, consolidar-se nelas, não deixar que o fascismo as retome ou se instale em posições mais favoráveis, acentuar o recuo político do regime.

E fazê-lo agora, sem perda de tempo, sem permitir que o fascismo se recomponha da sua grave crise, pois, se não se faz agora, o fascismo pode de facto recompôr-se. Isto significa de forma mais concreta; urge desenvolver a luta com persistência, coragem e confiança: — a luta contra a repressão, exigindo a amnistia, a abolição das medidas de segurança, a dissolução da PIDE; a luta pelo direito de expressão do pensamento, exigindo a abolição da censura; a luta pelo direito de organização, exigindo o reconhecimento dos organismos democráticos que se criem, eleições sérias nos Sindicatos Nacionais e o respeito pela gestão democrática de todas as organizações de massas; a luta pela satisfação das reivindicações económicas mais urgentes da classe operária e das massas laboriosas, exigindo o aumento de salários e vencimentos e resistindo à alta de preços e dos impostos; a luta pelo fim imediato da guerra colonial; a luta por uma política externa de paz e convívio internacionais; também agora a luta para que a Oposição democrática possa concorrer livremente às eleições para a Assembleia Nacional. O prosseguimento da luta com estes e outros objectivos concretos imediatos e a obtenção de vitórias mesmo que limitadas e contingentes, são o único caminho para maiores lutas e para maiores vitórias.

O tema justificaria que lhe consagrassemos

largo tempo, Dados porém os limites desta entrevista, aliás já demasiado longa, diremos apenas algumas palavras sobre as lutas da classe operária e sobre as chamadas « eleições » para a Assembleia Nacional.

Sobre as lutas da classe operária.

Antes ainda da formação do governo de Marcelo Caetano, a Proclamação do Comité Central do Partido Comunista de 22 de Setembro de 1968, sublinhou que, na nova situação criada pela incapacitação de Salazar, « seria erro grave se a urgência da luta política levasse a menosprezar a luta por reivindicações económicas ». O Partido afirmou que o momento era « particularmente favorável para a luta vitoriosa pelas reivindicações económicas imediatas dos trabalhadores », e que « o desenvolvimento da luta económica é, na etapa actual, uma das mais decisivas formas de luta contra o fascismo, de participação na luta política das vastas massas trabalhadoras ».

A classe operária correspondeu ao apelo do Partido e os acontecimentos comprovaram a justeza da orientação traçada. As lutas desenvolveram-se no Outono de 1968, ganharam sucessivamente novos sectores e conduziram à vaga de paralizações e greves do primeiro trimestre do ano corrente. Os trabalhadores conseguiram em numerosos casos a satisfação de reivindicações que há muitos anos era prometida. E estas lutas, embora com objectivos imediatos de natureza económica, constituíram sem qualquer dúvida, pelos seus resultados, pelo seu carácter, pelo seu significado, pela forma de greve que em muitos casos assumiram, as mais importantes lutas contra o fascismo desde a constituição do governo de Marcelo Caetano.

É necessário insistir, alargar, intensificar a luta pelas reivindicações económicas dos trabalhadores, pela necessidade inadiável de defender os seus interesses, e também porque a luta económica será sempre, mesmo numa época revolucionária, escola de educação política das mais largas massas e arma poderosa contra o poder dos monopólios.

As razões por que, nos movimentos legais da Oposição, os quadros operários não aparecem em primeiro plano, conhecem-nas bem, embora finjam ignorá-las para as fazerem esquecer aos outros, aqueles que no facto buscam argumentos depreciativos contra o proletariado e o seu Partido. Fingem ignorar que a repressão fascista faz destruições de classe; que dirige o seu maior peso contra a classe operária; que, se a luta política nas condições de fascismo é acto de coragem de intelectuais e estudantes é acto de heroísmo dos operários e camponeses; que, enquanto aos dirigentes socialistas e liberais é permitida a aparen-

tares-se publicamente como opositores, os dirigentes mais qualificados da classe operária, ou vivem e lutam na clandestinidade, ou se encontram nas prisões condenados a prisão perpétua. Sem essas circunstâncias, o panorama da luta legal e toda a vida política portuguesa teriam sem qualquer dúvida fisionomia diferente. Mas outros factos fingem ainda ignorar: que a classe operária participa sempre de forma directa e decisiva na acção política, quando esta se transforma em acções de massas e intervém dia a dia na luta política, numa posição de vanguarda e determinante, através do seu partido de classe.

Sobre as chamadas « eleições » para a Assembleia Nacional.

Seria tão errado fugir a apresentar candidatos decretar o boicote, como apresentar candidatos que aceitassem o colete de forças oferecido pela ditadura a uma Oposição inofensiva separada das massas.

O Partido Comunista defende que a Oposição deve apresentar candidaturas únicas e unitárias, sem descrições, a não ser que alguns se descreminem a si próprios recusando-se à acção comum. Neste caso, se alguém, antecipando-se, pretendesse o monopólio da representatividade da Oposição beneficiando de facilidades preferenciais concedidas pelo fascismo, o movimento democrático não poderia caucionar uma tal iniciativa, pondo-se a seu reboque.

Daí a urgência, para os sectores que defendem a unidade, de avançarem todo o trabalho relativo às « eleições », incluindo a apresentação de candidatos. Daí a urgência de estruturar a organização do movimento. Daí a necessidade de ligar a preparação para a luta « eleitoral » à luta de hoje com os objectivos concretos imediatos apontados. O propósito declarado da Oposição concorrer às « eleições » para a Assembleia Nacional tem de significar a firme determinação de desenvolver desde já a acção política e a luta de massas, de fazer da concorrência às « eleições » o motivo de um grande movimento nacional pelas reivindicações democráticas do povo português e de prosseguir essa batalha até ao acto « eleitoral » e para além dele.

Para assegurar o amplo desenvolvimento da luta popular é indispensável um extraordinário esforço de organização, nas fábricas, nas empresas, nos campos, nas escolas e Academias, nos meios intelectuais. Organização para dirigir as lutas com objectivos imediatos, económicos, políticos ou culturais. Organização da juventude. Organização das mulheres. Organização para preparar e conduzir a campanha « eleitoral ». Organização como instrumento de acção, de direcção, de mobilização das massas.



Para assegurar o amplo desenvolvimento da luta popular, é indispensável também e a par da firmeza e clareza política e de grande audácia, dar provas de serenidade, sangue frio e de um profundo sentido das realidades. Quando se combate um inimigo tão desleal, tão violento, tão falho de escrúpulos, como é a ditadura fascista, só por fanfarronice se declara, a cada passo que se dá, o passo que em seguida se pretende dar. Os impacientes e exaltados nem sempre assim o entendem, do que resulta que o fascismo, advertido e experiente, golpeia muitas vezes iniciativas e bases organizadas antes que tenham podido desenvolver-se amplamente. Por vezes há que declarar, por vezes que esconder, os objectivos últimos duma acção determinada. No período de fluxo da luta popular que atravessamos, a perspectiva revolucionária tem de estar sempre presente. Não é porém anunciando ao inimigo o objectivo revolucionário de cada luta parcial que a revolução se aproxima.

Podemos num curto prazo alcançar importantes êxitos, se soubermos associar justamente a organização e a acção legais com a organização e a acção clandestinas, se soubermos aproveitar todas as possibilidades de trabalho nas organizações legais, se soubermos criar laços estreitos com as vastas massas po-

pulares, se prosseguirmos uma política de unidade, se concentrarmos esforços e energias para, em torno de objectivos concretos e imediatos, desenvolver um verdadeiro movimento nacional e popular organizado. Pela sua parte, o Partido Comunista Português e cada um dos seus militantes não pouparão esforços para levar a bom termo estas tarefas.

E porque temos ilimitada confiança no imenso potencial de energia revolucionária do proletariado, de que as últimas lutas são nova demonstração; porque comunistas, católicos, socialistas, liberais, tudo o que há de melhor no movimento antifascista, estamos criando ombro com ombro as bases para o amplo desenvolvimento da luta política; porque confiamos no espírito combativo da juventude e das mulheres do nosso povo, que se encontram sempre nas primeiras linhas de todas as frentes de luta; — estamos confiantes também em que, no ano corrente, prosseguirá a ofensiva das massas trabalhadoras, dos estudantes, de todo o movimento democrático, se acentuará o fluxo da luta popular de massas e serão alcançadas importantes vitórias abrindo caminho para as batalhas decisivas e finais contra a ditadura fascista, pela liberdade.

(Transmitida pelo R.P.L. no dia 8 de Maio de 1960)

NOVO IMPULSO À LUTA DOS FERROVIÁRIOS

No dia 30 de Abril, cerca de 1.000 operários das Oficinas do Barreiro fizeram uma concentração na sede do seu sindicato, reclamando uma informação da direcção sobre a marcha das negociações em curso para a revisão do Acordo Colectivo de Trabalho, as quais se arrastam há longos meses.

Os dirigentes sindicais não compareceram para dar informações e, em seu lugar, o governo mandou a PIDE e a GNR, em grande força, para dispersarem pela violência a concentração dos operários, mostrando mais uma vez em que consiste a demagogia «caetanista» e quem são os inimigos dos trabalhadores.

A concentração massiva dos operários fer-

roviários do Barreiro dá novo impulso à luta da classe e marca o início duma fase mais combativa em que a massa dos trabalhadores são chamados a desempenhar um papel mais activo como elemento de pressão sobre o governo e a C.P., assim como sobre os dirigentes sindicais. Se esta acção tiver continuidade por parte de todos os ferroviários do Barreiro, através de novas concentrações e outras formas de luta e se for seguida por acções semelhantes dos ferroviários dos outros pontos do país, o movimento reivindicativo em curso poderá tomar rapidamente uma grande amplitude e forçar o governo e a Companhia a atender prontamente as reivindicações da classe ferroviária.

Mais pressão de massas

Mais audácia no recurso a formas superiores de luta

No «Militante» de Fevereiro último dizíamos que a criação por parte do governo da Comissão mista para a revisão do A.C.T. «teve claramente como objectivo adormecer os trabalhadores da C.P., amortecer a sua disposição de luta, semear ilusões sobre a disposição do governo de Marcelo Caetano em resolver rapidamente a situação dos ferroviários.»

Os quatro meses decorridos desde então confirmam plenamente esta afirmação. Desde que foi constituída a Comissão para a Revisão do A.C.T. são passados oito meses e o silêncio continua a reinar sobre o resultado do seu trabalho. A classe nada sabe, de nada é informada, preparando-se nas suas costas o logro das suas aspirações e reivindicações.

Pressionados pela acção unitária do pessoal das Oficinas, do Movimento e dos escritórios nos últimos três meses do ano findo que em número de 13.000 subscréveram abaixo-assinados com as principais reivindicações da classe e levaram a efeito muitas outras manifestações de descontentamento e protesto que culminaram no «luto ferroviário» dos primeiros dias de 1969, o governo e a C.P. foram obrigados a conceder apressadamente a chamada «ajuda para atenuar o custo de vida», no valor de 12%, assim como a fazer algumas concessões no que respeita a subsídios de reforma e à Previdência.

Os objectivos do governo e da C.P. continuam, porém, a ser os mesmos: arrastar o mais possível a actual situação, adormecer os ferroviários, enganando-os com promessas vagas, desmobilizando-os e tentando quebrar a sua unidade e combatividade para, na melhor oportunidade, lhes impor mais facilmente o que está a ser cosinhado pela comissão mista às ocultas dos trabalhadores, sem a sua participação ou de representantes seus, livremente escolhidos.

Apercebendo-se de que a unidade e combatividade da classe se forja e reforça cada vez mais à volta da Comissão Nacional dos Ferroviários, o governo procura caluniar a sua acção e diminuir a importância e significado das formas de luta e das acções que sob a direcção os ferroviários têm empreendido. Com este objectivo, fez publicar e difundir por todos os meios de informação um «comunicado», subscrito pela «Comissão de revisão do A.C.T.», em que calúnia a acção da Comissão Nacional dos Ferroviários e de outros organismos unitários da classe. A verdade é que as conquistas já alcançadas, ainda que magras, devem-se exclusivamente à acção unida de milhares de ferroviários e à actividade dirigente dos seus organismos unitários, e não à bondade dos tubarões da C.P., como falsamente se afirma no tal «comunicado».

No estado actual das coisas, para que o movimento reivindicativo possa alcançar num curto prazo uma amplitude capaz de obrigar o governo e a C.P. a atenderem as legítimas aspirações dos trabalhadores, é necessário que o movimento ganhe mais dinamismo, mais acção de massas, mais audácia e continuidade no recurso a formas superiores de luta. A

par das acções que os ferroviários têm vindo a realizar — abaixo-assinados, cartas e telegramas, comunicados para os órgãos de informação, etc., em apoio das reivindicações apresentadas, a massa dos trabalhadores deve ser chamada mais directamente à acção, a ter uma participação mais dinâmica e activa na sua luta, na luta em que se joga a melhoria das suas condições de vida. É a altura dos ferroviários seguirem o exemplo das dezenas de milhar de operários de Lisboa e arredores, Margem sul do Tejo, assim como dos pescadores do bacalhau e outros que nos primeiros meses do ano recorreram a formas superiores de luta, incluindo a paralização e greve, para a conquista das suas reivindicações. O exemplo dos operários das Oficinas do Barreiro pode e deve ser seguido por todos os ferroviários; um movimento de protesto semelhante pode estender-se a toda a classe ferroviária, adaptado às condições concretas de cada lugar, de cada estação, oficina ou escritório. Só a acção das massas pode impressionar o patronato e o governo e obrigá-los a ceder. Os ferroviários ocupam um lugar de excepcional importância na economia e na vida da nação, sendo, no entanto, dos trabalhadores mais mal pagos do país. O lugar que ocupam pode ser nas suas mãos uma arma formidável se estiverem dispostos a utilizá-la para a defesa dos seus direitos. Continuando o governo e a Companhia surdos aos seus pedidos e protestos têm todo o direito de recorrer à arma da paralização e da greve para se fazerem ouvir.

Suspensões de trabalho de uma hora, meia hora ou mesmo de um quarto de hora, iniciando-se onde a situação estiver mais amadurecida sob o aspecto de unidade e disposição de luta e estendendo-se progressivamente a oficinas, depósitos e escritórios e estações dos diversos centros ferroviários, do país, poderiam ter neste momento um efeito decisivo na marcha do movimento reivindicativo e no reforço da unidade da classe. Na fase actual da luta, para iniciar tais acções não há que ficar à espera que seja possível organizá-las e desencadeá-las simultaneamente à escala nacional, como o demonstra, aliás, a concentração do Barreiro. O que é necessário, sim, é que tais acções sejam sempre conjuntamente organizadas e não deixadas à mercê da espontaneidade das massas.

A organização, factor decisivo

A organização é um factor decisivo para a vitória da luta dos trabalhadores contra a exploração. O patronato organiza duma forma cada vez mais refinada a exploração da clas-

se operária e para apoiar tal exploração o Estado burguês montou e mantém toda uma complicada e bem organizada rede do seu aparelho repressivo. Nestas condições, para



lutar pelos seus interesses vitais a classe operária tem de organizar a sua luta tirando o máximo partido do lugar que ocupa na produção. Na luta contra o capital não dispõe de outra arma senão da sua organização.

A existência duma comissão nacional como a actual C.N.F. é muito importante como organismo unitário da classe ferroviária. Merece ser destacada a sua corajosa acção durante meses em defesa dos interesses da classe. Porém, para conduzir a luta mais para diante, para levar a classe no seu conjunto a emprender batalhas mais difíceis como tudo indica ser necessário, é evidente que uma tal Comissão, só por si, não basta. Para isso torna-se urgente a rápida constituição duma ampla rede de organismos unitários ao longo de toda a linha, em todas as estações, oficinas, escritórios, etc., para dirigir a luta no seu raio de acção, dentro da orientação geral definida pela classe. Só apoiando-se numa tal rede de organismos unitários de base a Comissão Nacional poderá desempenhar o seu papel de organismo dirigente duma classe tão numerosa e dispersa como a classe ferroviária. Só uma tal rede de organismos poderá dia a dia, hora a hora, manter a necessária ligação com as massas em luta e estabelecer os indispensáveis elos de ligação entre a classe e os seus dirigentes.

Creemos que foi por terem compreendido esta necessidade que os ferroviários promoveram recentemente o 1.º Encontro Nacional de Ferroviários. Do seu comunicado final com as conclusões do Encontro parece poder concluir-se ser seu propósito criar uma tal organização para fazer avançar o movimento reivindicativo. Com efeito, sem uma rede de organismos intermédios regionais e de base a Comissão Nacional não poderá manter um contacto eficiente com a classe, correndo o risco de ficar isolada e sucumbir ao desânimo, às contrariedades e às pressões de toda a ordem a que as autoridades e o patronato procuram submetê-la.

O «luto ferroviário», levado a efeito nos primeiros dias de Janeiro por importantes sectores da classe, permite tirar a lição de que mesmo acções aparentemente simples como essa exigem cuidadosa preparação e organização para alcançarem o êxito desejado. Pelos elementos de apreciação ao nosso alcance, julgamos poder concluir-se que o «luto ferroviário» não alcançou o êxito que poderia ter alcançado precisamente por deficiências de preparação e organização. Se nas oficinas do Barreiro e Entroncamento parece ter sido quase total, já em Lisboa foi seguido de forma muito desigual e no meio de bastante confusão. Em Coimbra quase não se fez notar e em todo o Norte foi completamente ignorado.

Uma das principais deficiências julgamos

ter sido a Comissão Nacional ter decretado o «luto» sem ter organizado a sua aplicação.

Não tendo sido marcado qualquer limite de tempo de duração do «luto», este importante aspecto foi deixado à decisão do espontâneo e do acidental. Daí a confusão e desorientação que se gerou em muitos casos, daí a forma anárquica como se desenvolveu e se extinguiu. Na estação de Santa Apolónia, por exemplo, tanto na estação propriamente dita como nos escritórios só puderam o «luto» no primeiro dia e à primeira admoestação dos superiores retiraram-no. Tendo começado a 2 de Janeiro, a 11 ainda apareceram muitas targetas na Margem Sul do Tejo dando a palavra de ordem de que «o luto tinha de continuar». Insistiu-se pela sua continuação quando já apenas uma minoria o seguia e quando era evidente já não existirem condições para a sua continuação uma vez que a C.P., pressionada por esta acção, já havia anunciado o aumento no dia 8 de Janeiro. Substituindo este elemento novo da situação, substituindo a importância da conquista obtida que considerou desprezíveis «migalhas», surge ainda um documento subscrito pelo «Comité Ferroviário» tentando remar contra a maré indo ao ponto de afirmar que «todos aqueles que se recusam a ostentar o luto ferroviário devem ser desmascarados!». Não admira, pois, que tal «comité» não tenha obtido qualquer crédito junto da classe e acabasse por ficar isolado no seu «esquerdismo».

Por tudo isto, o «luto ferroviário» que foi uma acção muito importante e pesou decisivamente na apressada decisão do governo e da C.P. de conceder as regalias já referidas, terminou deixando entre as massas a amarga sensação de meia vitória e meia derrota, quando podia ter sido mais um factor de unidade da classe e um ponto de partida para um novo e mais potente ascenso da luta dos ferroviários. Para alcançar o efeito de choque como forma de protesto da classe, o «luto» devia ter sido organizado para um, dois ou três dias, no máximo, devendo ser retirado ao fim desse prazo. Pretendendo mantê-lo indefinidamente, deu-se tempo a que os dirigentes da companhia se refizessem da surpresa e que as forças repressivas entrassem em acção, intimidando, ameaçando e reprimindo, deixando a classe desorientada e sujeita a toda a sorte de provocações. A lição deste facto deve estar presente em futuras acções.

A actual conjuntura política que o país atravessa é extraordinariamente favorável ao desenvolvimento das lutas da classe operária. Muitas dezenas de milhar de trabalhadores

têm sabido aproveitar a situação para se lançarem nas mais diversas e corajosas formas de luta, tais como paralizações concentrações e greves, para fazer triunfar as suas reivindicações por melhores salários e outras regalias.

A luta dos ferroviários que tomou maior vulto em fins de 1968, vindo logo a seguir à luta dos trabalhadores da Carris de Lisboa em meados do ano passado, influuiu no desencadeamento da vaga de paralizações e greves na região de Lisboa, no Baixo Ribatejo, Margem

Sul do Tejo, etc., verificada nos primeiros meses deste ano. Podemos certificar que também os ferroviários, por sua vez, saberão inspirar-se nas lutas atrás referidas, nos seus êxitos e experiências, tal como na sua própria e rica tradição de luta para, vencendo rapidamente as deficiências e pontos fracos da sua organização, empreenderem novas e mais audaciosas acções recorrendo a formas de luta capazes de fazerem avançar rapidamente o seu movimento para novas e importantes vitórias.

PARA NOVAS LUTAS MAIOR LIGAÇÃO DA VANGUARDA ÀS MASSAS SEM PARTIDO

Antes mesmo duma análise baseada num maior número de dados e num conhecimento mais profundo de todos os aspectos das lutas reivindicativas destes últimos meses, podemos desde já tirar algumas conclusões gerais.

A primeira é que se confirmou plenamente a justeza das palavras de ordem tácticas da reunião de Setembro do Comité Central para o desencadeamento de novas e mais poderosas lutas da classe operária, apontadas nas « Conclusões sobre as lutas operárias de 1968 ».

Que a táctica aí apontada é correctamente adaptada às actuais condições, provam-no as grandes lutas que se desencadearam posteriormente e as vitórias obtidas. Estas, por sua vez, abrem novas perspectivas para que seja levado à prática com êxito um trabalho de fundo que consolide as posições e o papel dirigente do Partido entre a classe operária.

Outra conclusão que podemos tirar já, é que nas grandes lutas reivindicativas destes meses ficou bem demonstrado o papel e a importância das comissões de unidade dos trabalhadores, assim como de outras formas de organização, nas empresas e classes profissionais. Em dezenas de empresas os operários empreenderam valentes batalhas reivindicativas sob a direcção de comissões eleitas democraticamente em reuniões e assembleias.

O patronato e o fascismo compreenderam tão bem a importância das comissões de unidade que principiaram já uma acção divisionista e demagógica, procurando criar em várias empresas falsas comissões de « unidade » compostas por agentes seus e elementos escolhidos por si entre os operários com menor consciência de classe.

O inimigo aprende depressa. Mas nós temos que aprender e agir mais rapidamente do que ele.

No documento do Comité Central que siñamos, uma das tarefas essenciais apontadas é: « fomentar o aparecimento de novas organizações nas empresas e classes profissionais mais importantes através de contactos legais, semi-legais ou ilegais e tudo fazer para fortalecer as organizações já existentes criadas pelos trabalhadores ». Esta necessidade ainda se torna mais premente depois das recentes lutas e tem ao mesmo tempo muito mais possibilidades de ser levada à prática, com maior êxito, agora que muitas dessas organizações já estão criadas, provadas na luta e prestigiadas aos olhos dos operários.

Ha que criar novas comissões de unidade e outras formas de organização operária, escolhidas em amplas reuniões e assembleias, consolidar e alargar as já existentes, reforçando as estruturas legais e semi-legais indispensáveis para organizar, mobilizar e conduzir novas lutas de massas.

Saber conduzir as lutas na fase de ascensão, é importante. Mas saber aproveitar e analisar as forças operárias depois de terminado um ciclo de luta e prepará-las para outro, é muito mais importante e mais difícil. O que acontece muitas vezes é que, terminada a fase aguda da luta, os dirigentes operários não aproveitam o trabalho organizativo já realizado e deixam-no perder, quando deviam exactamente consolidar a organização já forjada na luta, criando a partir dela bases mais sólidas para novas e maiores acções.

Consolidar a organização

Recrutar e estruturar sem precipitações

Consolidar e avançar, realizando um trabalho organizativo em profundidade, é o objectivo em que devemos concentrar os nossos maiores esforços, neste momento.

Isto exige dos camaradas dirigentes dos sectores e das organizações de base do Partido uma grande sensibilidade política, uma grande maleabilidade de métodos, não o emprego

indiscriminado de modelos e fórmulas este-reotipadas.

São normas desde sempre preconizadas pelo Partido incentivar o recrutamento dos trabalhadores honestos e fieis aos interesses de classe que se destaquem na luta reivindicativa, estruturar a organização partidária, proceder à descentralização orgânica. São normas de trabalho justas e a prática o tem comprovado. Mas considerá-las como regras esquemáticas e aplicáveis a todo e qualquer caso, pode conduzir a resultados contrários ao objectivo em vista:—pode levar, em certos casos, a um maior afastamento do Partido e das massas sem Partido.

Quando o trabalho de organização está em início, quando não se criaram ainda fortes raízes nas empresas (como é o caso de muitas que recentemente se lançaram na luta), a criação apressada de organismos partidários com trabalhadores recém-recrutados entre os que se destacaram na luta, pode distanciar esses trabalhadores de vanguarda dos seus camaradas, afundando-os prematuramente num trabalho clandestino para o qual não estavam preparados, pode diminuir a actividade aberta e legal desses quadros na direcção da luta.

Eles não se perdem para o Partido se não forem imediatamente recrutados, pelo contrário, ficam com mais amplas possibilidades de adquirirem experiência na condução das lu-

tas e ganham um percurso maior prestígio entre os seus companheiros de trabalho. Isto nos dará, quando os recrutarmos, quadros profundamente ligados às massas.

Quando, para reforçar ou para criar novas células de empresa, se retiram operários que estão na direcção de movimentos reivindicativos importantes, corremos o risco de enfraquecer essas lutas durante o seu processo de desenvolvimento. Parecendo, esquemáticamente, que estamos a seguir a orientação do Partido, na realidade não o fazemos, pois enfraquecemos a direcção colectiva das lutas, prejudicamos a continuidade dos movimentos reivindicativos não dando tempo a que se consolide a sua organização e a que os trabalhadores tirem dela todos os ensinamentos.

Também a apressada constituição de organismos partidários intermédios, locais, regionais ou de zona com quadros retirados de células de empresa pode enfraquecer as organizações de empresa que são o nosso maior elo de ligação com as massas trabalhadoras.

Estes são alguns dos aspectos que há que ter em vista para realizar aquele «trabalho de fundo que consolida em todo os sectores da classe operária as posições e o papel dirigente do Partido, sem o qual não se pode abrir às massas uma via revolucionária que conduza à democracia e ao socialismo no nosso país» — como diz o Comité Central no documento «Conclusões sobre as lutas operárias de 1968».

Organização — na base das reivindicações sentidas pelas massas

As recentes lutas foram dirigidas por comissões de unidade eleitas na sua esmagadora maioria ao decorrer da discussão democrática dos problemas e reivindicações dos trabalhadores, por vezes em amplas reuniões e assembleias. Tais comissões de unidade são um verdadeiro instrumento orgânico das aspirações das massas, e é justo que apontemos esta experiência como exemplo a alguns organismos e camaradas que dão mostras de insensibilidade e rofineirismo perante os anseios da classe operária.

Para estarmos na vanguarda do movimento reivindicativo, não basta «compôr» reivindicações e redigir apelos à luta, se eles não corresponderem de facto às profundas aspirações dos trabalhadores. Devemos levantar os problemas, mas levantá-los fomentando a sua discussão e consultando as massas. Só assim elas poderão ser chamadas à acção. Senão, as palavras de ordem para a luta não passarão de hipóteses na cabeça de meia dúzia de camaradas isolados das massas, palavras de ordem que estas não seguirão porque não serão «as

suas».

Tivemos recentemente exemplos deste errado tipo de trabalho.

Dirigir a luta é convencer os trabalhadores da possibilidade de lutar por determinado objectivo — objectivo a que estas aspiram, embora por vezes confusamente; é estudar as formas de luta, apresentá-las à sua apreciação e aconselhá-los a segui-las. Só auscultando as massas e no meio delas, participando nas comissões de unidade ao lado de trabalhadores sem partido, os comunistas poderão conduzir um verdadeiro trabalho de massas. Nem sempre os camaradas das células de empresa compreendem que há que fazer «clandestinamente» as reuniões da célula e exercer «abertamente» a sua acção como operários, no meio dos seus camaradas de trabalho, vivendo na empresa os problemas da empresa. Calar e esconder a sua qualidade de comunistas para defesa do trabalho partidário — mas agir como trabalhadores conscientes como verdadeiros comunistas, na defesa dos seus interesses de classe em conjunto com os seus companheiros de trabalho.